



DERMINAS
Sociedade Civil de Seguridade Social

Relatório Anual de Informações 2013



Mensagem da Diretoria Executiva

É com imensa satisfação que apresentamos aos participantes, assistidos e demais interessados, o Relatório Anual de Informações sobre a situação patrimonial e atuarial do plano de benefícios, a política e o demonstrativo de investimentos e as despesas com a gestão administrativa da DERMINAS, referentes ao exercício social de 2013.

As ações da Diretoria Executiva estiveram direcionadas para fortalecer o planejamento estratégico e os controles internos, o equilíbrio das despesas administrativas e a melhoria dos atos de gestão da Entidade.

Os resultados obtidos representaram os esforços empreendidos pela Diretoria Executiva, Conselhos Deliberativo e Fiscal, Funcionários, Consultores, Participantes e Assistidos, inclusive o Patrocinador DER/MG, aos quais agradecemos pela confiança e apoio técnico.

Situação Patrimonial e Atuarial do Plano de Benefícios

De acordo com os resultados apresentados nas demonstrações da ATEST – Consultoria Atuarial, data-base de 31/12/2013, o plano encontra-se adequadamente capitalizado, em situação de equilíbrio financeiro e atuarial, com resultado superavitário de 8,72% das provisões matemáticas. O teste de aderência realizado em novembro/2013 demonstra a adequação e aderência da atual taxa de juros, de 4,5% a.a., ao plano de benefícios administrado pela DERMINAS.

A situação confortável do plano está respaldada em Laudo de Certificação Atuarial emitida por Auditoria Independente que afirma: “as hipóteses biométricas, demográficas, financeiras e outros parâmetros, os regimes financeiros e os métodos de financiamento utilizados no cálculo das provisões matemáticas, necessários à cobertura dos compromissos e preservação da solvência do plano, estão adequados em seus aspectos mais relevantes”.

As Demonstrações do Ativo Líquido e sua Mutações, apresentadas na página 4 deste Relatório, representam o montante de recursos do plano para assegurar o pagamento dos benefícios. Em 31/12/2013, o Ativo Líquido teve um acréscimo nominal de 3% em relação a 31/12/2012.

Com referência à contribuição do Patrocinador, encontrava-se em atraso o valor registrado no item 4 (Realizável da Gestão Previdencial) das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, não obstante a existência de documentos em tramitação para cessar essa obrigação regulamentar a partir de janeiro de 2014.

Para maiores informações acesse a Demonstração Atuarial em nosso site (www.derminas.org.br).

Política de Investimentos dos Recursos Garantidores do Plano de Benefícios

O Comitê de Investimentos da DERMINAS submeteu à aprovação do Conselho Deliberativo em dezembro de 2013, a revisão da Política de Investimentos para 2014, cujo resumo encontra-se disponível no site da Entidade. Nesta revisão foram consideradas as perspectivas econômicas e os riscos inerentes à diversificação das aplicações financeiras em cenário adverso e a principal alteração foi o aumento do limite de alocação em crédito privado de 20% para 30%.

A alta volatilidade do mercado financeiro, que poderá se repetir em 2014, foi a principal causa da rentabilidade consolidada dos investimentos no exercício de 2013 ter ficado abaixo da meta atuarial, conforme apresentado no Resumo do Demonstrativo de Investimentos ao final deste Relatório Anual.

Plano de Gestão Administrativa

A taxa de administração do plano de benefícios em 2013 foi de 0,87% dos recursos garantidores, inferior ao limite de 1% aprovado pelo Conselho Deliberativo da DERMINAS, conforme estabelecido pela legislação, para o Plano de Gestão Administrativa, com prazo de enquadramento até 2014. Em 2012, a DERMINAS já havia atendido essa limitação com a taxa de 0,88%.

Ao final deste Relatório apresentamos as informações segregadas das principais despesas administrativas da Entidade em 2013.

Demonstrações Financeiras

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO

(Em R\$ mil)

ATIVO	Exercício findo em	
	31.12.13	31.12.12
DISPONÍVEL	41	258
REALIZÁVEL	363.081	351.943
Gestão Previdencial	451	109
Gestão Administrativa	1.077	1.043
Investimentos	361.553	350.791
Títulos Públicos	192.667	178.534
Créditos Privados e Depósitos	44.908	38.965
Ações	–	14
Fundos de Investimentos	89.141	97.644
Investimentos Imobiliários	27.696	26.629
Empréstimos	7.141	9.005
PERMANENTE	144	179
Imobilizado	144	179
Total do Ativo	363.266	352.380

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO

(Em R\$ mil)

PASSIVO	Exercício findo em	
	31.12.13	31.12.12
EXIGÍVEL OPERACIONAL	270	426
Gestão Previdencial	3	13
Gestão Administrativa	265	261
Investimentos	2	152
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	1.084	900
Gestão Administrativa	1.084	900
PATRIMÔNIO SOCIAL	361.912	351.054
Patrimônio de Cobertura do Plano	359.723	348.847
Provisões Matemáticas	330.884	309.344
Benefícios Concedidos	154.214	138.964
Benefícios a Conceder	176.670	170.380
Equilíbrio Técnico	28.839	39.503
Resultados Realizados	28.839	39.503
Superávit Técnico Acumulado	28.839	39.503
Fundos	2.189	2.207
Fundos Administrativos	1.540	1.087
Fundos dos Investimentos	649	1.120
Total do Passivo	363.266	352.380

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDADA

(Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	Exercício findo em		Variação
	31.12.13	31.12.12	%
A) Patrimônio Social - início do exercício	351.054	314.015	12
1. Adições	31.983	54.188	(41)
Contribuições Previdenciais	523	955	(45)
Resultado Positivo dos Investimentos Gestão Previdencial	27.284	49.574	(45)
Receitas Administrativas	3.568	3.097	15
Resultado Positivo dos Investimentos Gestão Administrativa	91	157	(42)
Constituição de Fundos de Investimentos	517	405	28
2. Destinações	(21.125)	(17.149)	23
Benefícios	(14.279)	(13.421)	6
Resultado Negativo dos Investimentos Gestão Previdencial	(2.652)	(445)	496
Despesas Administrativas	(2.959)	(2.928)	1
Resultado Negativo dos Investimentos Gestão Administrativa	(63)	-	-
Constituição de Contingências Gestão Administrativa	(184)	(149)	23
Reversão de Fundos de Investimentos	(988)	(206)	380
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido	10.858	37.039	(71)
Provisões Matemáticas	21.540	29.950	(28)
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(10.664)	6.713	(259)
Fundos Administrativos	453	177	156
Fundos dos Investimentos	(471)	199	(337)
B) Patrimônio Social - Final do exercício (A+3)	361.912	351.054	3

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSOLIDADA

(Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	Exercício findo em		Variação
	31.12.13	31.12.12	%
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	1.087	910	19
1. Custeio da Gestão Administrativa	3.659	3.254	12
1.1. Receitas	3.659	3.254	12
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.107	1.664	27
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.389	1.375	1
Taxa de Adm. de Emp. e Financiamentos	72	58	24
Resultado Positivo dos Investimentos	91	157	(42)
2. Despesas Administrativas	(3.143)	(3.077)	2
2.1. Administração Previdencial	(1.746)	(1.702)	3
Pessoal e Encargos	(1.025)	(979)	5
Treinamentos/Congressos e Seminários	(9)	(12)	(25)
Viagens e Estadias	(7)	(3)	133
Serviços de Terceiros	(207)	(235)	(12)
Despesas Gerais	(317)	(292)	9
Depreciações e Amortizações	(49)	(79)	(38)
Contingências	(112)	(78)	44
Outras Despesas	(20)	(24)	(17)
2.2. Administração dos Investimentos	(1.397)	(1.375)	2
Pessoal e Encargos	(873)	(827)	6
Treinamentos/Congressos e Seminários	(11)	(17)	(35)
Viagens e Estadias	(14)	(9)	56
Serviços de Terceiros	(261)	(301)	(13)
Despesas Gerais	(148)	(131)	13
Contingências	(72)	(72)	-
Outras Despesas	(18)	(18)	-
3. Resultado Negativo dos Investimentos	(63)	-	-

Continua na próxima página

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSOLIDADA (Continuação)

(Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	Exercício findo em		Varição
	31.12.13	31.12.12	%
4. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	453	177	156
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	453	177	156
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	1.540	1.087	42

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

(Em R\$ mil)

PLANO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO

DESCRIÇÃO	Exercício findo em		Varição
	31.12.13	31.12.12	%
1. Ativos	361.916	351.220	3
Disponível	26	27	(4)
Recebível	2.290	1.197	91
Investimentos	359.600	349.996	3
Títulos Públicos	192.666	178.534	8
Créditos Privados e Depósitos	44.908	38.965	15
Ações	–	14	(100)
Fundos de Investimentos	87.190	96.849	(10)
Investimentos Imobiliários	27.696	26.629	4
Empréstimos	7.140	9.005	(21)
2. Obrigações	4	166	(98)
Operacional	4	166	(98)
3. Fundos não Previdenciais	2.189	2.207	(1)
Fundos Administrativos	1.540	1.087	42
Fundos dos Investimentos	649	1.120	(42)
5. Ativo Líquido (1-2-3)	359.723	348.847	3
Provisões Matemáticas	330.884	309.344	7
Superávit/Déficit Técnico	28.839	39.503	(27)

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

(Em R\$ mil)

PLANO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO

DESCRIÇÃO	Exercício findo em		Varição
	31.12.13	31.12.12	%
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	348.847	312.184	12
1. Adições	29.914	52.193	(43)
Contribuições	2.629	2.619	–
Resultado Positivo dos Investimentos Gestão Previdencial	27.285	49.574	(45)
2. Destinações	(19.038)	(15.530)	23
Benefícios	(14.279)	(13.421)	6
Resultado Negativo dos Investimentos Gestão Previdencial	(2.652)	(445)	496
Custeio Administrativo	(2.107)	(1.664)	27
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido	10.876	36.663	(70)
Provisões Matemáticas	21.540	29.950	(28)
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(10.664)	6.713	(259)
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	359.723	348.847	3
C) Fundos Não Previdenciais	2.189	2.207	(1)
Fundos Administrativos	1.540	1.087	42
Fundos dos Investimentos	649	1.120	(42)

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

(Em R\$ mil)

PLANO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO

DESCRIÇÃO	Exercício findo em		Variação
	31.12.13	31.12.12	%
Provisões Técnicas (1+ 2+ 3+ 4)	360.376	350.132	3
1. Provisões Matemáticas	330.884	309.344	7
1.1. Benefícios Concedidos	154.214	138.964	11
Benefício Definido	154.214	138.964	11
1.2. Benefícios a Conceder	176.670	170.380	4
Benefício Definido	176.670	170.380	4
2. Equilíbrio Técnico	28.839	39.503	(27)
2.1. Resultados Realizados	28.839	39.503	(27)
Superávit técnico Acumulado	28.839	39.503	(27)
Reserva de Contingência	28.839	39.503	(27)
3. Fundos	648	1.120	(42)
3.1. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	648	1.120	(42)
4. Exigível Operacional	5	165	(97)
4.1. Gestão Previdencial	3	13	(77)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	2	152	(99)

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Derminas é uma Sociedade Civil, sem fins lucrativos, instituída pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER/MG, seu Patrocinador, em atividade regular desde 12.02.81.

O objetivo da Entidade é o de complementar pensão, por morte, aos beneficiários dos Participantes de seu Plano de Benefícios.

O Estatuto vigente foi aprovado pela Portaria PREVIC nº 204/10 e o Regulamento do Plano "Único", de Benefício Definido, através do Ofício SPC nº 2.550/00, ambos do Ministério da Previdência Social.

Os recursos garantidores para custeio dos benefícios do Plano são originários de contribuição mensal dos Participantes, à alíquota média de 0,5725%, incidentes sobre o salário base de contribuição, e do Patrocinador, na paridade de 1 para 1, bem como da rentabilidade de seus investimentos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras são elaboradas e apresentadas em conformidade com as Práticas Contábeis adotadas no Brasil, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, em consonância com as determinações contidas na Resolução CGPC nº 29/00, Resolução CNPC nº 08/11, na Instrução SPC nº 34/09, e, quando aplicável, às interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, homologadas pelos Órgãos Reguladores e Fiscalizadores.

O conceito introduzido pelos Órgãos Normativos tem como principal característica segregar os registros contábeis em três gestões distintas (Previdencial, Assistencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, comum à Gestão Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações. Outras características apresentadas nas Demonstrações Financeiras da Derminas são: Balancetes do Plano de Benefício Previdencial e do Plano de Gestão Administrativa, Balancete Auxiliar utilizado para efetuar a consolidação dessas Demonstrações e Balancete Consolidado.

Em atendimento ao item 17 das Normas Gerais, Anexo C, da Resolução CNPC nº 08/11 e Resolução CNPC nº 12/13, estão sendo apresentadas as seguintes Demonstrações comparadas com suas

respectivas do exercício anterior: Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutação do Patrim nio Social - DMPS consolidada, Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa - DPGA consolidada, Demonstrac o do Ativo Líquido - DAL, Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido - DMAL consolidada e a Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Títulos e valores mobiliários: a Resolução MPAS/CGPC n  4/02 e suas disposições complementares estabelecem critérios para registro e avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários, sendo que as principais mudanç s introduzidas referem-se   classificação e critérios de avaliação dos títulos em duas categorias distintas:

- Títulos para negociação: têm o propósito de serem negociados e avaliados pelo valor de mercado; e
- Títulos mantidos até o vencimento: quando a Entidade tem a intenção e a capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento, avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos.

b. Os investimentos imobiliários são registrados ao custo de aquisição, de acordo com o disposto no item 11, Anexo "A", da Instrução SPC n  34/09. Em dezembro de 2013, a Entidade reavaliou sua carteira de imóveis, através da empresa APC - Avaliações Patrimoniais e Consultoria S/C Ltda, CNPJ n  01.447.086/0001-68, contabilizada na conta 1.2.3.06.04.03.00.00.00-7 - Locadas a Terceiros, gerando um efeito líquido positivo de R\$ 1.690 mil. As edificações são depreciadas às taxas correspondentes à vida útil remanescente fixada nos respectivos laudos de avaliação e estão apresentadas no quadro abaixo:

Imóvel	Data da reavaliação	Data do registro contábil	Valor contábil até a reavaliação	Valor da reavaliação	Resultado da reavaliação	Vida útil remanescente
Ed. Derminas	31.12.2013	31.12.2013	12.122	13.311	1.189	26 anos
Ed. Contorno Plaza	31.12.2013	31.12.2013	7.626	7.319	-307	31 anos
Centro Infantil	31.12.2013	31.12.2013	6.129	6.937	808	22 anos
Total			25.877	27.567	1.690	

c. As operações com Participantes são avaliadas pelos respectivos valores, acrescidos da rentabilidade prefixada de 1,4% ao mês, correspondente à taxa de juros pactuada nos contratos de empréstimos vigentes no exercício de 2013.

d. O Ativo Permanente é registrado ao custo de aquisição, com as depreciações calculadas pelo método linear, às seguintes taxas anuais: Instalações em Geral, Móveis, Utensílios, Máquinas e Equipamentos e Sistemas de Comunicação em 10%; Computadores e Periféricos em 20%; Ventiladores e Refrigeradores de Ar em 25% e Aparelhos Cinematográficos de Som e Projeção em 15%.

e. As férias vencidas, férias proporcionais e décimo terceiro s lario, inclusive os respectivos encargos, são provisionados no Plano de Gestão Administrativa - PGA segundo o Regime de Competência.

f. Em atendimento às determinações contidas na Resolução CGPC n  29/09, e da Instrução SPC n  34/09, as receitas administrativas da Entidade são debitadas ao Plano Previdencial, em conformidade com o Plano de Custeio vigente. As receitas administrativas da Entidade são debitadas ao Plano Previdencial em conformidade com o Plano de Custeio Vigente.

g. Em conformidade com a Resolução CGPC n  29/09 e com a Instrução SPC n  34/09, os registros das operações administrativas são efetuados através do PGA, que possui patrim nio próprio segregado do Plano de Benefícios Previdenciais.

O patrim nio do PGA   constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos e Diretas) e reembolsos administrativos, deduzidas as despesas específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo

Administrativo.

O saldo do Fundo Administrativo é segregado por Plano de Benefício Previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos Participantes, Assistidos e Patrocinador do plano.

As receitas administrativas da Entidade são debitadas ao Plano Previdencial, em conformidade com o Plano de Custeio vigente.

Para a determinação do saldo do Fundo Administrativo de cada Plano, a Derminas utiliza o seguinte critério:

- **Receitas:** alocadas diretamente a cada Plano que as originou, sendo utilizadas as fontes de custeio previdencial e de investimentos;
- **Despesas Específicas:** alocadas diretamente ao Plano que as originou.

A Entidade constituiu, ainda, Fundo Administrativo próprio com recursos provenientes de receitas diretas da Gestão Administrativa, conforme previsto no Regulamento do Plano de Gestão Administrativa. Suas fontes de custeio estão em conformidade com a Resolução CGPC nº 29/09 e com as determinações contidas no Regulamento do PGA aprovado pelo Conselho Deliberativo da Derminas.

4. REALIZÁVEL DA GESTÃO PREVIDENCIAL

A composição do saldo dos recursos a receber é a seguinte:

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.13	31.12.12
■ Patrocinador	112	–
■ Participantes	112	106
■ Outros Realizáveis	3	3
■ Contribuições em Atraso – Patrocinador	224	–
Total (R\$ mil)	451	109

5. REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS DA GESTÃO PREVIDENCIAL

A composição consolidada dos Investimentos é a seguinte:

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.13	31.12.12
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	192.667	178.534
■ Notas do Tesouro Nacional	192.667	178.534
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	44.908	38.965
■ Certificado de Depósito Bancário – CDB	–	–
■ Depósito a Prazo com Garantia Especial – DPGE	16.539	14.511
■ Letra Financeira	27.227	24.409
■ Debênture	1.142	45
COMPANHIAS ABERTAS	–	14
■ Valores a Receber	–	14
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	67.878	77.411
■ Renda Fixa	16.887	26.795
■ Ações	50.991	50.616
MULTIMERCADO	6.321	9.780
■ Fundos de Multimercado	6.321	9.780
DIREITOS CREDITÓRIOS	3.838	4.706
■ Fundos de Direitos Creditórios	3.838	4.706
PARTICIPAÇÕES	9.153	4.952
■ Fundos de Participações	9.153	4.952
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	27.696	26.629
■ Edificações	27.696	26.629
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	7.141	9.005
■ Empréstimos	7.141	9.005
Total (R\$ mil)	359.602	349.996

6. REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

A composição consolidada dos Investimentos é a seguinte:

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.13	31.12.12
FUNDOS DE INVESTIMENTOS		
■ Renda Fixa	1.951	795
Total (R\$ mil)	1.951	795

a. A Derminas mantém, em sua Carteira Própria, Notas do Tesouro Nacional - Série B que são classificadas no segmento de Renda Fixa, na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento, avaliados pela curva dos papéis. A manutenção desses títulos tem o objetivo de fazer o hedge do passivo referente aos benefícios concedidos.

Títulos mantidos até o vencimento e precificados pela curva em 31.12.13:

Vencimento	Quantidade	Valor (R\$ mil)
15.05.2015	8.000	18.409
15.05.2017	4.105	9.521
15.08.2020	9.257	21.629
15.08.2020	5.750	13.918
15.08.2022	4.500	11.386
15.08.2022	1.200	3.044
15.08.2022	1.200	3.058
15.08.2024	4.500	11.108
15.08.2024	9.900	20.500
15.08.2030	2.200	5.390
15.05.2035	4.312	9.430
15.08.2040	7.150	17.603
15.08.2050	12.100	29.878
15.08.2050	3.400	11.124

Títulos para negociação e precificados pelo valor de mercado em 31.12.13:

Vencimento	Quantidade	Valor (R\$ mil)
15.05.2045	3.000	6.669

b. As aplicações em Fundos de Investimentos, não exclusivos, são atualizadas de acordo com o valor de mercado das respectivas cotas.

7. ATIVO PERMANENTE DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

A composição consolidada do Ativo Permanente é a seguinte:

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.13	31.12.12
PERMANENTE		
■ Imobilizado	144	179
Total (R\$ mil)	144	179

8. EXIGÍVEL OPERACIONAL

Os compromissos a pagar referem-se a:

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.13	31.12.12
■ Gestão Previdencial	3	13
■ Gestão Administrativa	265	261
■ Gestão de Investimentos	2	152
Total (R\$ mil)	270	426

9. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

O exigível contingencial possui a seguinte composição:

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.13	31.12.12
■ Gestão Administrativa	1084	900
Total (R\$ mil)	1.084	900

10. FUNDOS

a. Administrativo

O Fundo da Gestão Administrativa é composto pela diferença entre as receitas (taxa de administração, carregamento previdencial e receitas diretas) e as despesas administrativas. Destina-se, basicamente, à cobertura de eventuais insuficiências do seu custeio. A movimentação do Fundo está demonstrada a seguir:

Descrição	31.12.12	Constituição	
		(Reversão)	31.12.13
■ Fundo Administrativo (R\$ mil)	1.087	453	1.540

b. Investimentos

O Fundo de Quitação Por Morte destina-se à liquidação de empréstimos de Participantes, inclusive Autopatrocinados e Assistidos, motivado pelo falecimento do mutuário. Este Fundo, baseado em estudos atuariais, é constituído com recursos arrecadados da carteira de empréstimos. Sua constituição (0,2%) compõe a taxa de juros dos empréstimos estabelecida em 1,4% ao mês. O Fundo de Quitação de Prestação destina-se a quitar inadimplências em período superior a 90 dias e dívida inferior a R\$3 mil, em Belo Horizonte, e R\$4 mil no interior de Minas Gerais e demais Estados. Este fundo, baseado em estudos atuariais, é constituído com recursos arrecadados da carteira de empréstimos. A TQP de 0,2% compõe a taxa de juros dos empréstimos estabelecida em 1,4% ao mês.

O Fundo de Compensação de Inflação tem a finalidade de cobrir a diferença entre a expectativa de inflação e a variação mensal da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

A movimentação foi a seguinte (R\$ mil):

Descrição	31.12.12	Constituição	
		(Reversão)	31.12.13
■ Fundo de Quitação por Morte	640	(482)	158
■ Fundo de Compensação de Inflação	441	(32)	409
■ Fundo de Quitação de Prestação	39	43	82

11. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – AJUSTES E ELIMINAÇÕES

Em cumprimento ao disposto no Anexo A, inciso II, item 6, da Instrução SPC nº 34/09, a movimentação relativa aos ajustes e eliminações efetuadas no Balanço Consolidado está demonstrada a seguir:

Ativo	31.12.13
■ Participação no Fundo Administrativo do PGA	1.540
Movimento no Exercício	298
Total (R\$ mil)	1.838

Passivo	31.12.13
■ Participação no Fundo Administrativo do PGA	1.540
Movimento no Exercício	298
Total (R\$ mil)	1.838

12. PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas foram calculadas pela ATEST- Consultoria Atuarial Ltda - ME (CIBA Nº 88), conforme Parecer Atuarial, datado de 12.02.14, assinado pela Atuária Jaqueline Figueiredo Ferreira (MIBA nº 2.211).

A composição consolidada das Provisões Matemáticas é a seguinte:

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.13	31.12.12
Benefícios Concedidos	154.214	138.964
■ Benefícios do Plano	154.214	138.964
Benefícios a Conceder	176.670	170.380
■ Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	176.670	170.380
■ Benefícios do Plano	176.670	170.380
■ (-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-	-
■ (-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-	-
Total das Provisões Matemáticas (R\$ mil)	330.884	309.344

Premissas adotadas nos cálculos atuariais dos exercícios de 2013 e 2012:

Hipóteses	
Indicador Econômico	INPC
Taxa Real Anual de Juros	4,5%
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo	
Salários	1,00
Benefícios da Entidade	1,00
Hipótese sobre Gerações Futuras de novos Entrados	Não considerada
Hipótese sobre Rotatividade	Não considerada
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49
Tábua de Entrada de Invalidez	Álvaro Vindas

A Administração da Entidade entende que o Plano de Benefícios encontra-se em situação econômico-financeira confortável e foi avaliado de acordo com a legislação vigente, a partir de premissas e método atuarial apropriados.

Foram mantidas, nessa avaliação, as tábuas biométricas: AT-2000 Male, para medir o evento sobrevivência, a AT-49 para medir o evento mortalidade, bem como a taxa efetiva de juros de 4,5% a.a (taxa de remuneração atuarial) para o retorno dos investimentos.

A Entidade ajustou os valores dos benefícios de sua responsabilidade com base na Lei Estadual nº 19.973/11, que dispõe sobre as diretrizes e parâmetros para a política remuneratória dos servidores públicos, dentre os quais os do Patrocinador DER/MG, indispensável à correta avaliação atuarial das Reservas Matemáticas de seu Plano de Benefícios, na posição 31.12.13.

O Plano de Benefícios está adequadamente capitalizado para garantir o pagamento dos compromissos relativos a todos os benefícios, em qualquer época, desde que se mantenham as condições estabelecidas atuarialmente.

Os resultados apontam Superávit Técnico Acumulado de R\$ 28.839 mil, equivalente a 8,72% do total das Provisões Matemáticas, integralmente registradas na conta de Reserva de Contingência, conforme demonstrado:

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.13	31.12.12
■ Equilíbrio Técnico	28.839	39.503
■ Resultados Realizados	28.839	39.503
■ Superávit Técnico Acumulado	28.839	39.503

13. ADMINISTRAÇÃO E CUSTÓDIA DOS INVESTIMENTOS

Os investimentos dos recursos garantidores do Plano de Benefícios administrado pela Derminas foram efetivados, no exercício de 2013, em estrita observância à Resolução CMN nº 3.792/09 e à Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo para o período 2013 - 2017. Os serviços de custódia e de controladoria estão centralizados no Banco Itaú S.A.

14. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. O equilíbrio do Plano de Benefícios, incluídas as variáveis contempladas no cálculo atuarial, mantém relação direta com as políticas de reajustes dos benefícios adotadas pelos Órgãos Oficiais de Previdência (IPSEMG e INSS) e a política remuneratória estabelecida pelo Governo do Estado de Minas Gerais para os seus servidores públicos, inclusive para o DER/MG, Patrocinador da Derminas, com reflexo nos benefícios de pensão e de complementação/suplementação.

b. Apesar do incremento registrado nos recursos garantidores do Plano de Benefícios, observa-se que houve uma redução do Superávit Técnico Acumulado em relação ao exercício anterior. Tal fato resulta do ajuste do salário mínimo incidente sobre a folha de pagamento do Patrocinador, decorrentes das diretrizes e parâmetros estabelecidos para os servidores públicos de Minas Gerais, que repercutem sobre os benefícios concedidos e a conceder, e do aprimoramento na definição do passivo, através da revisão empreendida nas informações cadastrais de Participantes e Assistidos, bem como nos procedimentos para execução dos cálculos atuariais que resultaram em ajuste das Provisões Matemáticas necessárias a assegurar os benefícios concedidos e a conceder.

c. A Entidade realiza operações financeiras expostas a riscos de mercado, de crédito e de liquidez, entre outros. O monitoramento destes riscos é efetuado através de políticas de controle, estabelecimento de estratégias de operações, determinação de limites e outras técnicas de acompanhamento das alocações. Em 31.12.13, os instrumentos financeiros estavam diversificados em instituições selecionadas pelo Comitê de Investimentos, para compatibilizar as necessidades do passivo ao fluxo financeiro do ativo, com adoção de estratégias operacionais e princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência.

d. Os seguros contra incêndio dos imóveis locados são de responsabilidade dos locatários; entretanto, a Entidade realiza seu monitoramento, em tempo hábil.

15. CONTINGÊNCIAS

15.1. As Entidades Fechadas de Previdência Complementar não auferem receitas pela prática das atividades autorizadas pela legislação específica. Portanto, existem razões substantivas de inconstitucionalidade das exigências contidas na Lei Federal nº 9.718/98, para as contingências a seguir relacionadas:

a. A Derminas foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, em junho/2002, pelo não recolhimento do PIS "Faturamento", relativo ao período de 29.02.96 a 31.01.99, no montante estimado de R\$ 798 mil e impugnou, administrativamente, o auto de infração. Em 02.06.06 foi publicado o acórdão que deu parcial provimento ao recurso para reconhecer a decadência relativa a períodos anteriores a julho/1997. Em 28.01.08 a Derminas apresentou recurso especial e em 22.11.13 os autos foram distribuídos para a 3ª seção de julgamento SEJUZ/CARF/MF/DF.

Situação Atual: aguarda julgamento.
Probabilidade de Perda: "possível".

b. A Derminas impetrou Mandado de Segurança, em 18.04.06, para não se sujeitar ao recolhimento do PIS/Cofins e vem depositando mensalmente, em juízo, os valores apurados. Foi requerido o ressarcimento dos valores recolhidos desde setembro/2001 ou a sua compensação com outros tributos federais. O Processo está em trâmite na 8ª turma do Tribunal Regional Federal/1ª Região. Em 31.07.12 os autos foram conclusos para julgamento em 2ª instância.

Situação Atual: aguarda julgamento.
Probabilidade de Perda: "possível".

c. A Derminas é parte na ação de repetição de indébito de Imposto de Renda sobre Operações Financeiras, aviada em 1988 perante a 6ª Vara da Justiça Federal, em Belo Horizonte/MG. A execução de sentença, com decisão favorável transitada em julgado em 1993, iniciou-se em 1995. O crédito da Derminas de R\$ 8.031 mil, apurado pela Contadoria Judicial, em 21.05.08, passível de alteração no TRF, não foi atualizado nem contabilizado. Não há previsão de pagamento, pois o valor ainda está em discussão (sem cabimento de recursos pelas partes) e quando estiver definido o pagamento dependerá de precatório. Foi determinado o retorno dos autos a instância de origem para sanar os vícios de fundamentação, proferindo-se novo julgamento com a extensão pleiteada pelas credoras no regimental (novo acórdão foi publicado em 10.05.13 condenando a União a devolver os honorários periciais). Em 27.09.13 foi publicado acórdão rejeitando os embargos declaratórios das credoras, que, assim, aviaram novo R.Esp em 10.10.13.

15.2. A Derminas é signatária de ação ordinária interposta pela ABRAPP, em face da União Federal, BNDES e FND, em tramitação na 23ª Vara Federal do Rio de Janeiro/RJ, desde 11.10.91, pleiteando a atualização de expurgos inflacionários das OFND. Não obstante a existência de decisão favorável, transitada em julgado desde 29.11.10, a Entidade não efetuou a contabilização do valor resultante de execução da sentença (R\$ 10.810 mil), apurado em junho/2011, procedimento esse que está de acordo com orientação da Diretoria de Assuntos Atuariais, Contábeis e Econômicos da PREVIC.

Em 10.01.12 a União Federal ajuizou ação rescisória contra o acórdão que deu ganho de causa à ABRAPP.

Em 06.09.13 a ABRAPP interpôs Recurso Extraordinário para o STF e Recurso Especial para o STJ, visando a discussão da redução dos honorários sucumbenciais.

Em 19.09.13 a União Federal interpôs Agravo de Instrumento postulando o desmembramento das execuções e a ABRAPP entrou com novo Agravo de Instrumento.

Em 11.11.13 foi deferida liminar em favor da União Federal, determinando a suspensão dos efeitos da decisão que mandara prosseguir a execução e, em 28.11.13, proferiu nova decisão na qual determina que a execução se faça em separado, em processos executórios próprios.

Situação Atual: Em 11.12.13 a ABRAPP interpôs novo Agravo de Instrumento contra a decisão acima referida, requerendo que tal recurso fosse distribuído para o mesmo Relator, que deu vistas à

União Federal. Os autos foram encaminhados à Advocacia Geral da União.
Probabilidade de perda: Remota.

16. FATOS RELEVANTES

a. Em 2007 foi realizada ação fiscal no Plano de Benefícios administrado pela Derminas com emissão do Relatório de Fiscalização SPC nº 008/2007/ERMG, de 31.10.07.

Em maio/2011 a Entidade recebeu o ofício 062/2011/ERMG/PREVIC com algumas determinações que foram sobrestadas pelo ofício 082/2011/ERMG/PREVIC, de 06.07.11, o que motivou uma reunião da Diretoria Executiva da Entidade com a Diretoria de Fiscalização e Procuradoria da PREVIC, em Brasília/DF, dia 29.08.11 com elaboração do documento "Memória da Reunião" para subsidiar a elaboração de parecer específico.

Em 03.01.13 a Derminas recebeu o ofício 004/2013/ERMG/PREVIC e cópia do Parecer nº 082/PF/PREVIC/PGF/AGU, com a informação de que, em decorrência da complexidade do assunto, o processo foi enviado à Coordenação Geral de Fiscalização Direta com sugestão de encaminhamento à Diretoria Colegiada para apreciação.

Em 18.12.13 foi expedido o ofício 5809/CGAT/DITEC/PREVIC com as determinações constantes do item 14 do Despacho 336/2013/CGAT/DITEC/PREVIC, de 03.12.2013, para serem atendidas até 17.04.14.

A Diretoria Executiva enviará resposta à DITEC/PREVIC, no momento oportuno, dentro do prazo determinado.

b. Em 10.12.13 o Coordenador do ERMG/PREVIC manifestou-se, através dos ofícios 134 e 135/2013, que o assunto relativo ao ressarcimento dos valores antecipados aos pensionistas do IPSEMG, por conta do PCCV, estava encerrado no âmbito daquele Escritório de Fiscalização, com fundamento no Informe Técnico e Parecer Jurídico, aprovados pelo Conselho Deliberativo da Derminas, na reunião realizada em 09.08.13.

CONTADOR RESPONSÁVEL

Ricardo José da Silva
CRCMG - 046594/0-7
CPF: 583.692.606-91

DIRETORIA EXECUTIVA

Helio Caixeta Borges
Diretor Superintendente e AETQ
CPF: 051.596.791-20

Maria da Glória Rabelo Quintino
Diretora Financeira
CPF: 249.443.436-04

Arnaldo Rodrigues
Diretor de Seguridade e ARPB
CPF: 083.358.426-04

Parecer Atuarial

Encerramento do Exercício de 2013

Avaliado em acordo com a legislação vigente, a partir de método atuarial e hipóteses apropriadas, o plano de benefícios previdenciários da DERMINAS Sociedade Civil de Seguridade Social apresenta solvência financeira e atuarial em 31/12/2013.

Apurados os compromissos e o plano de custeio, o plano de benefícios apresenta superávit da ordem de R\$ 28,8 milhões. Este valor deve ser integralmente registrado na conta Reserva de Contingência.

Os resultados ratificam a situação de solvência financeira e atuarial em que se encontra o Plano de Benefícios da DERMINAS.

Belo Horizonte, 12 de fevereiro de 2014.

ATEST – Consultoria Atuarial

Sócio Coletivo do Instituto Brasileiro de Atuária – CIBA 88

■ Jaqueline Figueiredo Ferreira Costa
Atuária MIBA 2.211

■ Ivan Sant'Ana Ernandes
Atuário MIBA 506
Diretor Técnico

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Conselheiros, Diretores, Associados e Patrocinador da
DERMINAS – SOCIEDADE CIVIL DE SEGURIDADE SOCIAL
Belo Horizonte – MG

1. Escopo dos exames

Auditamos as demonstrações financeiras da DERMINAS – SOCIEDADE CIVIL DE SEGURIDADE SOCIAL, que compreendem o balanço patrimonial (consolidado) em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do ativo líquido por plano de benefícios, da mutação do patrimônio social (consolidada), da mutação do ativo líquido por plano de benefícios, do plano de gestão administrativa (consolidada) e das provisões técnicas do Plano de Benefícios do exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

2. Responsabilidade da Administração

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e pela determinação dos controles internos considerados como necessários para evitar que as mesmas contenham distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

3. Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossos exames, conduzidos de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, que requerem o cumprimento de exigências éticas de nossa parte e que os nossos trabalhos sejam planejados e executados com o objetivo de obter segurança razoável de que as citadas demonstrações estejam livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras, segundo julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nelas, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e da razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração da Entidade, bem como da apresentação das demonstrações tomadas em conjunto.

Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

5. Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no tópico primeiro representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da DERMINAS – SOCIEDADE CIVIL DE SEGURIDADE SOCIAL em 31 de dezembro de 2013, e o desempenho de suas operações do exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

6. Outros assuntos

Conforme abordado na nota explicativa nº. 16.a, a Entidade está discutindo algumas determinações da Superintendência Nacional de Previdência Complementar-PREVIC, as quais, todavia, foram por esta sobrestadas, em meados de 2011, em face dos argumentos e documentos apresentados pela Derminas, estando, portanto, o processo pendente de reexame e nova deliberação da-

quele Órgão Regulador e Fiscalizador. A Administração da Entidade considera que essa questão será resolvida de forma favorável aos seus direitos, entendimento que só poderá ser corroborado quando da últimação do processo.

7. Auditoria do exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, ora apresentadas para fins de comparação, foram por nós examinadas e nosso parecer sobre as mesmas, datado de 13 de março de 2013, apresentou ressalva quanto ao fato de não ter sido praticável a apuração do montante passível de contabilização, referente às antecipações feitas pela DERMINAS, de parte de benefícios de responsabilidade do IPSEMG, no período de janeiro de 2006 a abril de 2010, situação regularizada e encerrada em dezembro de 2013. O nosso relatório enfatizou, ainda, o mesmo assunto abordado no tópico 6 retro.

Belo Horizonte, 27 de fevereiro de 2014.

Fernando Motta & Associados

Auditores Independentes
CRCMG - 757

■ Nilton José Ribeiro
Contador CRCMG – 43.491

■ Ivo de Almeida Motta
Contador CRCMG – 38.018

Parecer do Conselho Fiscal

Em atendimento a Resolução CNPC nº 08/11, Anexo B, e da Instrução MPS/SPC nº 34/09, o Conselho Fiscal, pelos seus membros abaixo assinados, na forma do art. 38, inciso II, do Estatuto da Derminas – Sociedade Civil de Seguridade Social, examinou as Demonstrações Financeiras Consolidadas e suas Notas Explicativas, a Demonstração Atuarial do Plano de Benefícios, o Relatório dos Auditores Independentes e o Parecer do Atuário, referentes ao exercício de 2013. O Parecer deste Conselho é de que os atos de gestão foram praticados conforme as normas legais e refletem adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial, financeira e de resultado da Entidade em 31.12.13, razão pela qual manifesta-se favoravelmente à sua aprovação pelo Conselho Deliberativo.

Belo Horizonte, 12 de março de 2014.

■ Marcos Fonseca Silva
Presidente

■ Ângela Maria Souza Almeida
Conselheira

■ Cleber Eustáquio Oliveira Mascarenhas
Conselheiro

■ Roberto Dias Alves
Conselheiro

Manifestação nº 01/2014 do Conselho Deliberativo

O CONSELHO DELIBERATIVO da Derminas - Sociedade Civil de Seguridade Social, cumprindo o que dispõe o art. 29, inciso V de seu Estatuto e a Resolução CNPC nº 08/11, Anexo B, e da Instrução MPS/SPC nº 34/09, reuniu-se ordinariamente aos 13 dias do mês de março de 2013 e, após examinar o Relatório dos Auditores Independentes, Fernando Motta & Associados, o Parecer do Atuário, ATEST Consultoria Atuarial Ltda - ME, e o Parecer do Conselho Fiscal da Derminas, aprovou as Demonstrações Financeiras Consolidadas e suas Notas Explicativas e a Demonstração Atuarial do Plano de Benefícios relativamente ao exercício findo em 31.12.13.

Belo Horizonte, 13 de março de 2014.

■ Ronaldo de Assis Carvalho
Presidente

■ Elias Costa de Rezende
Conselheiro

■ Murilo Eustáquio Santos Figueiredo
Conselheiro

■ José Alberto Coutinho
Conselheiro

■ Antônio José Nogueira
Conselheiro

■ Efigênio Soares de Oliveira
Conselheiro

Resumo do Demonstrativo de Investimentos 2013 Plano Único CNPB 1981.0005-18

COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Segmento	Dezembro 2013		Dezembro 2012	
	R\$	%	R\$	%
Renda Fixa	266.572.037,64	73,73%	259.561.650,21	74,00%
Título Público Federal	192.666.770,63	53,29%	178.534.488,44	50,89%
Títulos Privados	44.907.754,80	12,42%	38.964.637,10	11,11%
Fundos de Renda Fixa	28.997.512,21	8,02%	42.062.524,67	12,00%
Renda Variável	50.990.929,96	14,10%	50.630.164,33	14,43%
Fundos de Ações	50.990.929,96	14,10%	50.616.098,98	14,43%
Dividendos a Receber	–	0,00%	14.065,35	0,00%
Investimentos Estruturados	9.152.571,35	2,53%	4.951.805,82	1,41%
Fundos de Participações	9.152.571,35	2,53%	4.951.805,82	1,41%
Investimentos no Exterior	–	0,00%	12.730,00	0,00%
Fundos Multimercados	–	0,00%	12.730,00	0,00%
Investimentos Imobiliários	27.695.758,20	7,66%	26.628.722,32	7,59%
Imóveis para Aluguel	27.695.758,20	7,66%	26.628.722,32	7,59%
Operações com Participantes	7.140.636,53	1,98%	9.004.715,01	2,57%
Empréstimos	7.140.636,53	1,98%	9.004.715,01	2,57%
Total dos Investimentos	361.551.933,68	100,00%	350.789.787,69	100,00%

TABELA COMPARATIVA DE ALOCAÇÃO

Segmento	Limites da Resolução CMN 3.792/09	Alocação DERMINAS
Renda Fixa	100,00%	73,73%
Renda Variável	70,00%	14,10%
Investimentos Estruturados	20,00%	2,53%
Investimentos no Exterior	10,00%	0,00%
Investimentos Imobiliários	8,00%	7,66%
Operações com Participantes	15,00%	1,98%

LIMITE LEGAL x ALOCAÇÃO DERMINAS

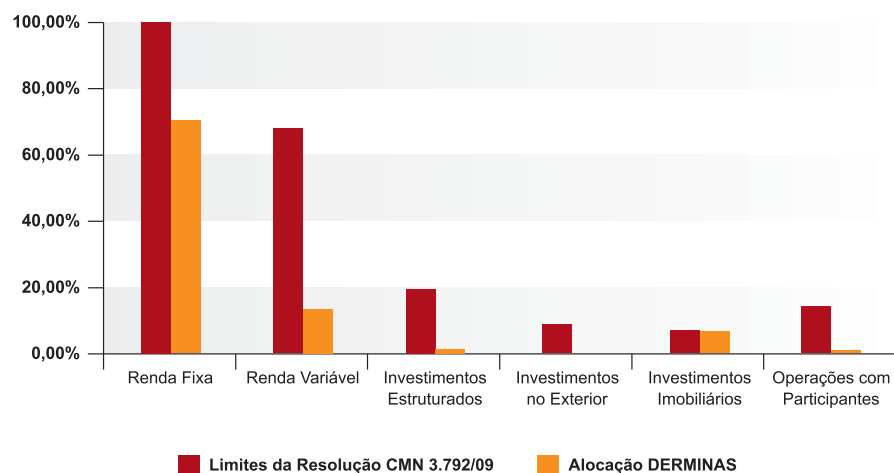


TABELA COMPARATIVA DE RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS

	No Ano 2013		
	DERMINAS	BENCHMARK	
Carteira Renda Fixa	(1,21%)	INPC + 4,7% a.a.	10,52%
Carteira Própria	12,07%	INPC + 4,7% a.a.	10,52%
Fundos Multimercados Institucionais	4,36%	IFMI	6,83%
Fundos de Investimentos em Ações	(2,41%)	IBOVESPA + 5% a.a.	(11,27%)
Fundos de Investimentos Estruturados	(0,47%)	INPC + 6,5% a.a.	12,42%
Investimentos Imobiliários	10,16%	INPC + 4,5% a.a.	10,31%
Operações com Participantes	18,76%	INPC + 4,5% a.a.	10,31%
Rentabilidade Consolidada	8,27%		
Rentabilidade Líquida	7,85%	INPC + 4,5% a.a.	10,31%
Rentabilidade excluída reavaliação de imóveis	7,71%		

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)

Total dos Recursos	Rentabilidade	Índice de Referência (CDI)
1.668.476,51	0,15%	8,05%

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2013	2012
Carteira de Investimentos	863.311,70	830.071,73
Gestão Própria	596.388,17	552.992,32
Taxa de Administração da Carteira de Imóveis	97.251,01	90.689,23
Taxa de Custódia	90.338,29	80.747,53
Reavaliação da Carteira de Imóveis	3.940,00	4.678,75
Análise de Riscos	36.924,17	64.068,06
Taxa de Processamento de Consignação pela Seplag	38.470,06	36.895,84
Despesas com Pessoal	1.301.801,77	1.252.682,18
Diretoria Executiva	522.225,43	523.355,10
Conselhos Deliberativo e Fiscal	33.900,00	26.746,00
Pessoal Próprio	745.676,34	702.581,08
Despesas com Prestadores de Serviços	162.041,87	139.160,07
Consultoria Atuarial	51.066,04	47.505,20
Auditoria Externa	33.469,25	31.176,09
Assessoria Jurídica	51.584,81	35.982,01
Controles Internos	25.921,77	24.496,77

MAPA DE CONTROLE DE RISCOS

Liquidez (Alocação)	Curto prazo	25,18%
	Longo prazo	74,82%
Crédito (Alocação)	Baixo risco	93,56%
	Médio e alto risco	6,44%
Mercado (VaR consolidado)	Renda fixa	0,38%
	Renda variável	3,40%
Derivativos	Títulos com margem de garantia	0,09%
	Despesa com compra de opções	0,00%

RECURSOS SOB GESTÃO TERCEIRIZADA

Gestor	R\$	% do Gestor	% do Total dos Investimentos
Itaú Unibanco	16.198.549,82	18,17%	4,48%
SulAmérica	13.417.720,69	15,05%	3,71%
BTG Pactual	13.192.426,74	14,80%	3,65%
Bradesco	10.674.730,05	11,98%	2,95%
Fator	9.064.894,74	10,17%	2,51%
Rio Bravo	8.038.809,92	9,02%	2,22%
HSBC	5.398.101,06	6,06%	1,49%
Vinci Partners	4.481.834,10	5,03%	1,24%
Quest	3.416.514,89	3,83%	0,94%
Integral	2.977.407,30	3,34%	0,82%
Kinea	1.622.325,62	1,82%	0,45%
Lacan	657.698,59	0,74%	0,18%
Total	89.141.013,52	100,00%	24,66%

ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO (AETQ)

Nome	Telefone	E-mail
Hélio Caixeta Borges	(31) 2105 8500	heliocaixeta@derminas.org.br

Descrição do Demonstrativo dos Investimentos

O texto a seguir descreve de forma elucidativa as informações contidas no Resumo do Demonstrativo dos Investimentos dos Recursos Garantidores do Plano de Benefícios (RGPB) em 31/12/2013.

O quadro **Composição dos Investimentos** contém o resumo da alocação dos recursos nos seus diversos segmentos. Em Renda Fixa, estão listadas as aplicações em títulos públicos e privados e fundos de investimentos. O segmento de Renda Variável é composto por fundos de ações diversificados nos segmentos de mercado. Os Investimentos Estruturados referem-se a participações em projetos de infraestrutura, entre outros. Na carteira de imóveis, a DERMINAS obtém retorno com renda na locação a terceiros e valorização, cuja reavaliação em 2013 gerou um ganho de R\$1,7 milhão. As Operações com Participantes representam os empréstimos concedidos aos participantes e assistidos do Plano de Benefícios.

A **Tabela Comparativa de Alocação** mostra os limites máximos admissíveis pela legislação, relativamente ao percentual aplicado por classes de ativos. Permite verificar possíveis desenquadramentos dos investimentos, que podem ocorrer de forma passiva, provocados pela alta volatilidade do mercado financeiro.

O **Limite Legal x Alocação Derminas** apresenta, graficamente, os limites da Resolução CMN nº 3.792/09 e a composição dos investimentos da Entidade.

Na **Tabela Comparativa de Rentabilidade** pode ser verificada a performance dos mandatos em comparação com o respectivo benchmark (medida de referência relativa à rentabilidade e ao risco) e, ainda, a rentabilidade consolidada versus a meta atuarial que representa o parâmetro mínimo considerado para o retorno dos investimentos da DERMINAS. A rentabilidade líquida exclui as despesas com a gestão dos investimentos.

O **Plano de Gestão Administrativa** (PGA) representa, adicionalmente ao fundo administrativo (contábil), os recursos apropriados para as despesas com a administração do Plano de Benefícios, em conformidade com a Política de Investimentos e a legislação pertinente.

Na tabela **Despesas Administrativas** são informados, de forma segregada, os principais gastos da entidade comparativamente ao exercício anterior. A remuneração variável concedida aos empregados e diretores desta Entidade é limitada a 1 (um) salário/ano, cujos critérios e indicadores estão definidos no Regulamento do "Programa de Metas" que integra o Acordo Coletivo de Trabalho.

O **Mapa de Controle de Riscos** representa as principais travas para a gestão dos investimentos, com foco nas características e na situação econômico-financeira do Plano de Benefícios. O risco de mercado está relacionado à volatilidade do mercado financeiro e o de crédito com a qualidade dos ativos avaliados pelas agências classificadoras de risco.

Na tabela de **Gestão Terceirizada** estão relacionados os gestores dos fundos de investimentos selecionados pela DERMINAS, com os respectivos valores e percentuais.

O **Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado** (AETQ) é o dirigente responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos administrados pela DERMINAS, bem como pela prestação de informações relativas à aplicação destes recursos.



DERMINAS
Sociedade Civil de Seguridade Social

Avenida do Contorno, 6.064 • 1º e 2º andares • Funcionários
Belo Horizonte • MG • CEP 30110-926
Tel: (31) 2105-8500 • Fax: (31) 2105-8580
derminas@derminas.org.br • www.derminas.org.br